



[Atribuição BB CY 4.0](#)

VAMOS FALAR DE HISTÓRIAS E CULTURAS AFRICANAS?

Vivências em um projeto de extensão

Isadora Pereira Lopes¹
Kelly Natalina dos Santos²
Rogéria Cristina Alves³

Resumo

A proposta deste relato de experiência é refletir sobre as vivências e observações feitas pelas bolsistas do projeto de extensão “Grupo de Trabalho História da África: Aproximando o continente dos educadores”. Desenvolvido desde 2021, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (Campus BH), o projeto busca aproximar as discussões acadêmicas que tratam das Histórias e Culturas africanas, do público docente – seja aquele já formado e atuante e/ou aquele ainda em formação (graduandos). A partir de postagens em rede social e também de encontros virtuais, as ações do projeto serão apresentadas sob o ponto de vista da equipe coordenadora. Para tal, este relato está estruturado em três partes essenciais, a saber: apresentação do projeto; importância do ensino de Histórias e Culturas da África para a Educação; e os relatos das bolsistas, que trazem uma correlação dos aprendizados no projeto com as vivências profissionais. O nosso objetivo principal ao apresentar ao leitor esta proposta é levá-lo a refletir sobre os impactos que uma iniciativa como esta tem no campo educacional e também na perspectiva da afirmação dos direitos humanos.

¹ Graduanda em Pedagogia (FaE/UEMG). E-mail: isadora.0295890@discente.uemg.br

² Graduanda em Pedagogia (FaE/UEMG). E-mail: kelly.0295911@discente.uemg.br

³ Doutora em História (UFMG). Professora na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (Campus BH). E-mail: rogeria.alves@uemg.br

Palavras-chave

Histórias e Culturas africanas; Lei 10.639/2003; Extensão Universitária; Formação Docente.

Recebido em: 01/11/2022
Aprovado em: 20/12/2022

LET'S TALK ABOUT AFRICAN STORIES AND CULTURES?

Experiences in an extension project

Abstract

The purpose of this experience report is to reflect on the experiences and observations made by the scholarship holders of the extension project “Work Group History of Africa: Bringing the continent closer to educators”. Developed since 2021, at the Faculty of Education of the State University of Minas Gerais (Campus BH), the project seeks to bring together academic discussions that deal with African Histories and Cultures, with the teaching public - whether those already graduated and active and/or those still in training (graduates). From posts on social networks and also from virtual meetings, the project's actions will be presented from the point of view of the coordinating team. To this end, this report is structured in three essential parts, namely: presentation of the project; importance of teaching African Histories and Cultures for Education; and the scholarship holders' reports, which bring a correlation of learning in the project with professional experiences. Our main objective in presenting this proposal to the reader is to lead him to reflect on the impacts that an initiative like this has in the educational field and also from the perspective of the affirmation of human rights.

124

Keywords

African Histories and Cultures; Law 10.639/2003; University Extension; Teacher Training.

Histórias e Culturas africanas em evidência: fundamentos do projeto de extensão

O projeto “Grupo de Trabalho História da África: aproximando o continente dos educadores” nasceu das atividades do Grupo de Trabalho referente à História da África, pertencente à Associação Nacional de História (ANPUH), seção de Minas Gerais. O GT é coordenado pelas professoras e pesquisadoras Ingrid Silva de Oliveira Leite (UFSJ) e Rogéria Cristina Alves (UEMG), durante o biênio 2020-2022 — e que também foram reeleitas para o próximo mandato.

Entre os principais objetivos deste GT, destacam-se: a necessidade de mapear os estudos produzidos em Minas Gerais, referentes à História da África; a criação de uma rede de contatos, de modo a conectar pesquisadores de todo o estado; a divulgação de ações e eventos ligados à temática em Minas Gerais; e a criação de estratégias para produção de conteúdo e materiais que aproximem as discussões do grupo dos profissionais da Educação Básica.

Este projeto está em conformidade com a Resolução N° 2 de 1º de julho de 2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, que em seu § 2º, prevê: *As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação [...].*

Este projeto também se constitui como uma forma de aplicabilidade da lei n° 10.639/03, mediante a urgente necessidade de se promover no âmbito educacional a equidade racial e a construção de uma educação antirracista, que seja comprometida com a pluralidade de Histórias e Culturas de origem africana.

O projeto atua, especialmente, através de páginas em redes sociais, nas quais, semanalmente, são publicadas informações sobre o continente africano, sob o formato de posts. A cada mês, as professoras proponentes elegem um país do continente africano a ser homenageado/estudado. Cada post é baseado em referências teóricas de pesquisa, notícias e leituras sobre o continente africano. E também trazem uma dica para docentes realizarem atividades ou propor aulas, a partir daquele assunto. A página do GT no Instagram conta com mais de 1200 seguidores (acesse: <https://www.instagram.com/histdaafrica.mg/>). A atuação

também ocorre por meio da realização de *lives* e minicursos sobre as histórias e culturas africanas. Todas essas atividades são abertas ao amplo público e oferecem certificação.

O objetivo principal destas iniciativas é oferecer a educadores materiais com informações sobre a história e culturas do continente africano, com enfoque na lei nº 10.639/03, com dicas sobre possíveis atividades e metodologias de trabalho que podem ser aplicadas em sala de aula. Assim, também se objetiva: contribuir para formação continuada de professores; desenvolver metodologias e atividades de mediação de aprendizagem; promover a aproximação entre a educação superior e a educação básica; e contribuir para a construção de uma educação antirracista e comprometida com a promoção da equidade racial.

As Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e para a Educação das Relações Étnico-raciais, documento que regulamenta a lei nº 10.639/03, apresenta dois eixos fundamentais para a implementação da temática nas escolas: a) educação das relações étnico-raciais; b) Histórias e Culturas afro-brasileira e africana. Kambundo e Santos argumentam que a Educação para as relações étnico-raciais possibilita que os sujeitos envolvidos no processo educativo possam refletir como cidadãos, provenientes de diferentes grupos étnicos, que se relacionam cotidianamente, mas que compreendem a importância do respeito às diferenças e o exercício de alteridade. Já o ensino de histórias e culturas africanas contribuiria para deslocar para o lugar de sujeitos históricos, os povos africanos e afrodescendentes, reconhecendo sua participação e atuações na história da humanidade (KAMBUNDO e SANTOS, 2010, p. 63-64).

O nosso público alvo são os professores dos anos iniciais e do Ensino Fundamental; estudantes de pedagogia e de outras licenciaturas; pesquisadores em História da África e Educação; comunidade interessada em Educação das Relações Étnico-Raciais e Histórias e Culturas Africanas.

Ao longo do ano de 2022, o projeto contou com o apoio de duas bolsistas, que auxiliaram na organização dos materiais, pesquisa e desenvolvimento dos posts e que também participaram das formações e encontros realizados. O intuito deste texto é apresentar a visão destas bolsistas com relação aos impactos proporcionados pelo projeto em suas trajetórias profissionais. Afinal, como um projeto de extensão, que aborde tais temáticas, pode auxiliar na construção de uma educação antirracista?

Histórias e Culturas africanas: importantes temas para a construção de uma educação antirracista

A realização deste projeto pauta-se, primeiramente, pela existência da lei nº10.639 de 2003 — que tornou obrigatório na Educação Básica brasileira, o ensino de Histórias e Culturas afro-brasileira e africanas. Essa normativa alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei de nº 9.394/96, em seus artigos 26 e 79-B:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (BRASIL, Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996)

A promulgação dessa lei, posteriormente alterada pela lei nº 11.645/08, na qual inclui-se como obrigatório o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas brasileiros, foi impulsionada pelas atuações históricas do Movimento Negro no Brasil, que contribuiu para que a questão racial fosse incorporada, aos poucos, nas legislações do Estado brasileiro, em especial no tocante às políticas educacionais (GOMES, 2017, p. 34).

Segundo Munanga, (2014, p. 44), ensinar a história do negro e dos povos indígenas na escola brasileira é romper com a visão eurocêntrica que exclui outras raízes culturais formadoras do Brasil, como povo e nação. Nesse sentido, a lei nº 10.639/03 pode ser compreendida como parte de uma política nacional de ações afirmativas. As chamadas políticas de ações afirmativas são definidas pela extinta Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), como "políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos."

As políticas de ações afirmativas no Brasil foram consideradas, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, como

constitucionais e essenciais para redução de desigualdades e discriminações no país. Um olhar sobre o passado nacional revela a perpetuação do regime escravista por mais de três séculos, chancelado pelo triste título de sermos o último país das Américas, a abolir o regime escravista. Neste sentido, o projeto contribui, de forma efetiva, para concretização desta lei, na medida em que produz conteúdos didáticos complementares, destinados a apoiar a formação e o trabalho de educadores. E compromete-se, portanto, com o fortalecimento desta política de ação afirmativa, no âmbito da formação de professores.

A valorização da história e cultura das populações negras e o reconhecimento das contribuições dos povos africanos para o desenvolvimento da humanidade, são passos importantes e fundamentais para a construção de um currículo escolar “descolonizado” (KAMBUNDO e SANTOS, 2010, p. 55). A noção de descolonização implica reconhecer que os saberes em destaque nos currículos escolares valorizavam (e ainda valorizam, em grande medida) culturas de matriz europeia e ocidental. Neste sentido, há uma desvalorização de conhecimentos locais, que relega à invisibilidade as organizações sociais, os processos de lutas, a resistência e os valores socioculturais de diversos povos, em especial, dos africanos.

Boaventura de Souza Santos e Nilma Lino Gomes argumentam que esse movimento de ausência sobre determinados conhecimentos pode ser compreendido como uma “sociologia das ausências”: aquilo que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não-existente (GOMES, 2017, p. 41). Para Santos e Gomes, o objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles, transformar as ausências em presenças (SANTOS, 2002, p. 246). É nesse sentido que este o projeto se constitui: um movimento de emergência dos saberes de origem africana.

Acredita-se que o impacto deste projeto para os setores educacional e sociocultural seja evidenciado pela constatação de que a proposta de pesquisa, por informações atualizadas e verídicas sobre os povos e culturas advindos do continente africano é uma premissa para a descolonização dos currículos. Desmitificar as visões estereotipadas e únicas, perpetuadas ao longo do tempo e da história, sobre os povos africanos e seus descendentes pelo mundo é uma tarefa a ser empreendida por aqueles que acreditam ser possível e urgente a construção de novas percepções sobre o saber. Neste sentido, retomo a brilhante fala da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009), na qual ela nos

alerta sobre as formas diferentes e possíveis de se construir a história, não perpetuando falsos estereótipos e trazendo para a centralidade do discurso histórico, outros sujeitos — que por ora foram relegados à invisibilidade em discursos e versões ditas "oficiais" da história.

Entende-se que a construção de um diálogo horizontal entre as formas de conhecimento baseia-se, especialmente, no uso de bibliografia cuja autoria é de pesquisadores de origem africana ou afrodescendentes. Trata-se de dar voz aos sujeitos, que não raras vezes, foram postos às margens da construção do conhecimento e da dita "verdadeira e válida erudição". Como bem exposto por Kilomba (2019, p. 53), o conhecimento é colonizado e o colonialismo significou também, a imposição da autoridade ocidental sobre todos os aspectos dos saberes, línguas e culturas indígenas e assim, não é somente uma imensa, "mas também urgente tarefa descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento" (KILOMBA, 2019, p. 53).

Assim, acredita-se, que o projeto contribui com a quebra de discursos hegemônicos, voltados para a manutenção do pensamento abissal, que nega radicalmente a co-presença de pluralidades e de formas diversas de conhecimentos e cosmogonias (SANTOS, 2007). Neste sentido, acredita-se que as possibilidades de aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, a partir de reflexões acadêmicas, constituem-se em vias possíveis, inovadoras e desafiadoras para professores e estudantes. Tais iniciativas são formas de descolonizar os currículos escolares, abrindo-os para reflexões plurais e inclusivas. São também formas de combater o racismo no ambiente escolar, promovendo a educação como um direito humano em sua essência e também como meio para alcançar outros direitos humanos, buscando a transformação social, por meio da igualdade racial (PAULA & ARAÚJO, 2021, p. 70). Neste sentido, passemos aos relatos das bolsistas, que estiveram diretamente envolvidas com o desenvolvimento do projeto, no intuito de compreender os impactos desta iniciativa em suas trajetórias profissionais.

Histórias e Culturas africanas na prática: relatos das bolsistas participantes

A escola pública tem cor (cores) – Bolsista 1

Início meu relato relembrando os caminhos que me levaram até o projeto extensionista História da África, em maio de 2022. Recém-chegada a UEMG, após cursar Pedagogia por 2 anos na Universidade Federal de Rondônia, onde tive meu primeiro contato com a História da Educação e participei como bolsista dos projetos de pesquisa e extensão de Historiografia. Neste rincão amazônico percebi abruptamente a questão identitária, que envolve complexamente a construção histórica dos sujeitos, que precede as questões educacionais pois, antes de tudo é política. Essa experiência no norte do país propiciou-me conhecer os sujeitos ribeirinhos, a escola rural multisseriada e algumas etnias indígenas, fazendo-me perceber os processos de desigualdade em que essas identidades estavam submetidas historicamente.

Para Arroyo (2010) a escolarização está reconhecidamente ligada à cidadania, porém os processos de escolarização sob as condições desiguais refletem um projeto político e histórico marcado por estereótipos e inferiorização de certas identidades. Essa reflexão, somada às minhas vivências, sempre foi objeto de minhas reflexões relativas às formas de executar meu trabalho, enquanto futura professora. De volta à Belo Horizonte, outra demanda se descortinou quando conheci a proposta do projeto da professora Rogéria Cristina Alves, através do site da UEMG. Primeiramente, me interessei pela área da História em intercessão com a Pedagogia. E em segundo, pelo projeto significar a possibilidade de conhecer as Histórias e Culturas africanas e afro brasileiras, sobre as quais eu quase nada sabia.

A ausência dos conhecimentos sobre uma importante composição da nossa sociedade, da nossa própria identidade é um apagamento que torna nossa memória incompleta, em alusão as palavras de Chimamanda Ngozi Adichie (2019). Assim, compreendi que o projeto inspirado pela lei nº 10.639/03 atendia meus anseios como profissional em formação e como cidadã. Envolvida nas ações extensionistas, leituras e eventos realizados pelo projeto, tenho aos poucos ressignificado minha visão sobre a educação das relações étnico-raciais, através de uma ótica contra hegemônica e mais humana, que corrobora agora para a

construção de uma consciência antirracista que pode e deve ser trabalhada em chão de escola — desde o ensino básico, que conta com um significativo número de materiais pedagógicos desenvolvidos no interior de nossas ações extensionistas e acadêmicas. Participar dos estudos sobre as relações étnico-raciais, conhecer os países, histórias e culturas africanas tem contribuído imensamente para minha prática de estágio, numa escola pública da rede municipal da capital mineira.



FIG. 1 - Momento lúdico com alunos da intervenção pedagógica do 4º ano, turno da manhã. Fonte: Acervo pessoal da bolsista.

O estágio é parte fundamental da formação docente. Através dele nos apropriamos ou confrontamos as teorias e referências observadas durante a graduação. É no “chão da escola”, para usar uma expressão assertiva sobre o cotidiano escolar, que podemos ampliar nossa leitura de mundo e reconstruí-la quantas vezes demandar. Esse espaço-tempo chamado escola é o *lócus* onde nossa subjetividade perpassa a subjetividade de tantos outros sujeitos, daí a importância de estarmos conscientes das nossas intenções durante a prática pedagógica. No caso da escola pública, esse espaço tem uma história de luta, de construção popular. E mais do que isso, a escola tem cores. Neste sentido, concorda-se com Antunes:

Uma das funções da escola é ajudar a criança a se autoconhecer, pois assim ela se sentirá apoiada em bases sólidas sobre as quais construirá sua vida, bem como identificará o que precisa ser mudado e agirá em prol desta mudança. Logo, é fundamental que a afetividade esteja presente no ambiente escolar de maneira positiva (ANTUNES, 2007, p. 21).

Atuar numa escola de ensino fundamental, da rede pública municipal de Belo Horizonte, tem um valor afetivo para mim, egressa da escola plural. Fazer parte e conhecer a comunidade atendida pela escola em que eu trabalho, contribui para aproximação significativa dos estudantes que participam do programa “Escola Integrada” — cujo objetivo inicial era aprimorar o desenvolvimento global da criança através de atividades extracurriculares, mas que na realidade pós-pandêmica, alterou-se espontaneamente para atender, com prioridade, as crianças socialmente vulneráveis e/ou aqueles que em decorrência do ensino remoto, se encontrem em defasagem de aprendizagem. Assim, concordo com Antunes, no tocante à construção das relações entre professores e alunos, afirmando que estas não podem ser superficiais:

Os laços entre alunos e professores se estreitam e, na imensa proximidade desse imprescindível afeto, tornou-se importante descobrir ações, estratégias, procedimentos sistêmicos e reflexões integradoras que estabeleçam vínculos fortes entre o aluno, o professor e o aprendizado (ANTUNES, 2007, p.12).

Logo nos primeiros dias de estágio fui orientada a promover intervenções pedagógicas com esses alunos em déficit de aprendizagem, apontados previamente pela própria Secretaria Municipal de Educação. Recebi a lista com vários nomes e fui chamando um a um. Aqueles nomes ganharam rostinhos e esses rostinhos eram pretos e “pardos”⁴. Este momento me marcou, pois pude perceber, sem sutileza nenhuma, que havia um recorte específico nesse pequeno coletivo, que demanda se reconhecer e se fortalecer, tanto da dimensão individual quanto pedagógica. Nesse sentido é imprescindível estudar as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, afim de aproximar o ensino superior da efetividade do ensino básico, para o reconhecimento e acolhimento das identidades que ali estão.

⁴ Abadias do Nascimento (1978, p. 74-75) define a utilização do termo pardo como um limbo identitário: “[...] mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante.”



FIG. 2 - Materiais de pesquisa, disponíveis na escola, sobre africanidades.

Fonte: Acervo pessoal da bolsista.

Os conhecimentos adquiridos no projeto de extensão têm possibilitado a proposição de jogos e brincadeiras, pesquisas voltadas para o continente africano, a formação de rodas de leitura e conversa sobre livros infanto-juvenis que tratam destas temáticas. Além de poder conhecer e nos aprofundar em outros materiais, como os filmes. E diga-se, de passagem que o longa “Pantera Negra” possui uma grande relevância no que tange às representações positivas de figuras negras e africanas, para as crianças. Todas essas ações corroboram para representatividade e autoestima dos estudantes de primeiro ao quinto ano da referida escola.

Acredito que o maior desafio das escolas é reconhecer a importância de uma educação antirracista, que seja construída desde a base: o ensino fundamental. Nas palavras de Gomes (2005a, p.154) a escola é “uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana”, mas este espaço tem destacado desproporcionalmente a formação dos indivíduos através da transmissão de conhecimentos cumulativos — embora a nossa subjetividade seja influenciada não apenas pelos saberes escolares, mas por outras dimensões como as emoções, as representações e os valores. Em artigo de Gomes (2017) sobre estratégias para uma educação antirracista, a autora discorre sobre a importância do tratamento que se dá ao tema dentro da escola. O reconhecimento/negação do racismo, da estrutura racista e ou dos estereótipos e representações negativas

sobre os sujeitos negros é o ponto de partida para o estabelecimento de outras práticas educativas, reflexivas e simbólicas que contribuam para promoção de uma identidade negra, de forma positiva:

Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma (GOMES, 2017, p. 44).

134

Observo que a lei nº10.639/03 é o meio pelo qual as bonecas pretas, os livros literários com a temática e outros materiais que tratam da representatividade étnico-racial, foram adquiridos. Mas ainda falta mediação intencional, por parte dos educadores, para se utilizarem destes recursos. Há uma ausência naturalizada para abordar temáticas como o racismo, com crianças do ensino fundamental. Ainda de acordo com Gomes (2017):

Dessa forma, se queremos lutar contra o racismo, precisamos re-educar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às (aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros (GOMES, 2017, p. 44).

Essa mediação é o mais importante, e hoje, ainda depende muito dos processos formativos que ficam a critério individual de cada professor. Jaqueline Santos e Bruno Kambundo, em análise sobre a primeira década, pós implementação da lei nº 10639 no Brasil, ressaltam como um dos principais desafios, a formação docente:

[...] Fator de dificuldade na implementação que alcançou maior incidência nos questionários respondidos foi a falta de informação. Não há maior detalhamento sobre para quem (comunidade, professores, gestores) faltam informações ou que tipo de informações [...] o fato de que o processo de implementação está diretamente conectado à forma de gestão instituída pelos sistemas de ensino, à infraestrutura das redes de ensino, das escolas, às condições de trabalho dos professores e à infraestrutura de acolhimento aos estudantes. A pesquisa aponta ainda que o surgimento de projetos ligados

à temática, na maioria dos casos, teve início com iniciativas individuais, geralmente de professores que passaram por algum processo de formação sobre a temática, que tiveram experiência de militância no movimento negro ou por professores negros (SANTOS e KAMBUNDO, 2015, p. 28 e 29).

Considerando essa análise, podemos refletir sobre ainda não haver uma compreensão unânime sobre o que é racismo, sobre a fragilidade das políticas públicas e dos currículos do ensino superior, no tocante à formação docente sobre as relações étnico-raciais. E esse é um ponto fulcral para que se efetive a lei nº 10.639/2003. Para a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, a prevalência dos estereótipos é estrutural: “O poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2018, p.23). É preciso, portanto, romper com histórias únicas sobre as contribuições culturais e sociais que foram trazidas da África e absorvidas pela nossa sociedade, numa contínua reprodução hegemônica e ampliar nosso repertório de conhecimento sobre o continente africano, suas histórias e culturas e a formação das histórias e culturas afro-brasileiras.

FIG. 3 - Momento de leitura dos alunos.



Fonte: Acervo pessoal da bolsista

FIG. 4 - Diversidade nos brinquedos disponíveis na escola.



Fonte: Acervo pessoal da bolsista.

O processo educativo e os anos de escolarização precisam contribuir para o fortalecimento das identidades diversas que atender. Pois, quando o objetivo deste processo se torna somente escolarizar, acaba-se por desempenhar uma função oposta, que contribui para uma sociedade que não se reconhece em sua origem, ou em seu valor. Assim, acredito que o professor comprometido com a sua comunidade e com a construção de uma educação antirracista, pode e deve utilizar os materiais produzidos pelo projeto de extensão “História da África: aproximando educadores do continente”, como uma fonte de pesquisa e ideias para o trabalho efetivo com a lei nº 10.639.

A exemplo dos conhecimentos adquiridos no projeto para enriquecimento da minha prática, coerente com a Base Nacional Comum Curricular, uma das atividades que realizei no início do mês de setembro, com o grupo de intervenção pedagógica do quarto ano, foi comparar músicas do pop africano com ritmos nacionais que os estudantes gostam. Na ocasião, utilizamos a sala de vídeo e alternamos a escolha das músicas. Ora eu trazia as referências do continente, como a música angolana “Bica Bidon” e a música nigeriana ‘Calm Down”, ora eles colocavam funk e pagode. Nesse momento os olhos surpresos brilharam! Conseguiram perceber uma proximidade até mesmo no estilo das danças. Momentos como esses são gratificantes e potentes, e contribuem para ressignificar impressões e percepções nas histórias e culturas africanas. E também contribuem para ampliar as perspectivas curriculares, as possibilidades de trabalho e ainda refletem a alegria e pertencimento, dos estudantes na

dimensão do ser. Concluo, avaliando como positiva todas as interações direcionadas a esse coletivo desde o mês de agosto. Os alunos se mostram mais motivados e colaborativos durante as demais oficinas da “Escola Integrada” e tiveram melhora significativa na disciplina de Matemática. Assim, concordo com Nilma Lino Gomes:

Mas não basta apenas falar. É importante saber como se fala, ter a compreensão do que se fala e mais: partir para a ação, para a construção de práticas e estratégias de superação do racismo e da desigualdade racial. Essa é uma tarefa cidadã de toda a sociedade brasileira e não só dos negros ou do movimento negro. E a nossa ação como educadores e educadoras, do ensino fundamental à Universidade, é de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, que repudie qualquer tipo de discriminação (GOMES, 2017, p. 52).

Por uma educação antirracista – Bolsista 2

O meu relato e análise parte de minha experiência como professora de literatura do ensino fundamental (anos finais) e aluna do curso de pedagogia. Meu primeiro contato com a temática do projeto de extensão “Grupo de Trabalho História da África: aproximando o continente dos educadores”, foi ainda na graduação em Letras, momento em que pude conhecer a literatura produzida por pessoas negras e suas vivências. Leituras as quais eu não conhecia e das quais comecei a reconhecer como parte da nossa própria cultura. Pude, a partir delas, conhecer uma nova África, para além dos discursos colonizadores, que sempre estiveram presentes na minha formação.

No entanto, quando assumi o papel de professora pude perceber que, ao longo do ano letivo, minhas práticas e lutas por uma educação antirracista estavam se perdendo. E motivos não faltavam: ausência de materiais que abordassem a temática, pois os livros literários trabalhados em sala eram escolhas da direção e da coordenação pedagógica, e por vezes, não tratavam desta temática; falta de pesquisa e conhecimento da minha parte, para inserir a temática étnico-racial nas minhas aulas; e falta de aporte teórico, que me impedia de argumentar certas escolhas com a direção da escola. Além de identificar no ambiente escolar, as consequências o racismo, especialmente sobre os indivíduos negros:

[...] auto rejeição, desenvolvimento de baixa autoestima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição

ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e, conseqüentemente, evasão escolar. Para o aluno branco, ao contrário acarretam: a cristalização de um sentimento irreal de superioridade, proporcionando a criação de um círculo vicioso que reforça a discriminação racial no cotidiano escolar, bem como em outros espaços da esfera pública. (CAVALLEIRO, 2005, p.12)

Hoje, voltando para a universidade, percebo como é importante investir na formação do professor, dando a ele, suporte para concretizar teoria e prática durante seu exercício na docência e fornecendo ferramentas para o trabalho numa perspectiva antirracista. Entender a participação do povo africano na construção da nossa sociedade e sua grande importância, que ainda hoje é reduzida à escravidão atlântica nos livros didáticos, tornou-se uma grande necessidade para mim, tanto quanto pessoa em constante construção, quanto como professora, educadora e pesquisadora que desejo ser. Ao longo da minha formação e com a experiência em sala de aula, pude perceber a grande necessidade de me aprofundar nas histórias e culturas africanas para conseguir trazer para meus alunos um novo olhar para a grande diversidade étnico-racial da qual nós fazemos parte, e da qual eu, por muito tempo, não me reconhecia.

Tornou-se um objetivo pessoal fazer com que meus alunos se reconhecessem e orgulhassem de suas origens, fazendo com que a lei nº 10.639/03 fosse realmente efetivada durante minhas aulas. E como eu conseguiria fazer isso? Quando ingressei no curso de pedagogia me deparei com o projeto de extensão, e não tive dúvidas de que queria fazer parte, e que com certeza, me ajudaria a alcançar meu objetivo trazendo muito aprendizado.

No projeto de extensão, somos estimuladas a explorar o continente africano e suas diversidades por meio de textos teóricos, posts em redes sociais, filmes, músicas, literaturas, entre outras manifestações culturais — o que desperta em nós, a vontade e a necessidade, de nos aprofundar em diversos assuntos, pensando em maneiras de trazer esse conhecimento para as práticas diárias em sala de aula. Assim, há a intenção de provocar nossa imaginação, aliada ao conhecimento teórico, para utilizar os vários recursos metodológicos disponíveis e de fácil acesso para nós. Afinal, o racismo existe, nas mais diversas formas e muitas delas são muito sutis dentro das escolas — seja pela forma como negros são representados nos livros didáticos, pela falta de representatividade com protagonismo e importância. Portanto, é preciso combatê-lo trazendo para

dentro das salas de aula um novo olhar, "resgatando as contribuições do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil" como exposto na lei nº 10.639/03.

Através da minha participação no projeto de extensão, pude ampliar o repertório de informações sobre o continente africano; vislumbrando novas formas e estratégias de trabalhar em sala de aula, com a literatura escrita por africanos (as); aprendi sobre as histórias e culturas de vários países africanos e fui instigada a pensar novas formas de trabalhar a temática em minhas aulas. Assim, considero primordial pensar em como nós, professores e futuros educadores, podemos agir para a efetivação da referida lei, como construir práticas considerando as diversas realidades que encontramos em sala de aula, e refletir sobre a forma como os negros são retratados no nosso currículo. Estas, ainda, são ações a serem feitas e podem orientar mudanças positivas em nossas práticas. Lendo bell hooks pude perceber como nós professores devemos ter o compromisso com uma prática capaz de transformar o processo de aprendizado dos nossos alunos, para além de conteúdos, mas também na formação dos sujeitos que ali estão:

Os professores progressistas que trabalham para transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação, nem reflita mais nenhuma parcialidade são, em geral, os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência (hooks, 2017, p.36).

Acredito que é importante que toda a comunidade escolar esteja envolvida na construção de práticas e de uma educação antirracistas. Faltam ações destas instituições para investirem na temática e cabe à universidade começar a trabalhar essa importância na formação de professores, com o intuito de fundamentar o trabalho dos futuros docentes e também de responder às demandas atuais e urgentes de nossa sociedade. Há muita desinformação e desconhecimento sobre o continente africano e as histórias e culturas afro-brasileiras. Faz-se necessário e urgente uma revisão nos currículos universitários, numa perspectiva de descolonizar o saber, inserindo-se as histórias e culturas africanas nos materiais didáticos e paradidáticos, rompendo-se com o discurso eurocêntrico, afinal, o continente africano faz parte da construção da nossa identidade nacional.

Também se faz urgente reconhecer que o racismo é um problema da sociedade brasileira e não apenas dos negros. E, que, portanto, é papel de todos

nós, lutar por uma educação antirracista e comprometida com valores humanitários. A exemplo do que disse Ângela Davis, “não basta não ser racista, devemos ser antirracistas.” E é papel da escola e dos professores, lutar por uma sociedade que aceite, reconheça e respeite nossa pluralidade.

Apontamentos Finais

Os relatos de nossas bolsistas não deixam dúvidas: atualizar a formação de futuros professores, buscando inserir em sua formação conteúdos que os faça refletir sobre a construção de uma educação antirracista, é uma necessidade atual e urgente. Ao participarem do projeto de extensão, elas puderam ampliar o horizonte de conhecimentos e possibilidades sobre histórias e culturas africanas e também afro-brasileiras, o que impactou de forma significativa e positiva a atuação delas em espaços profissionais. E contribuiu para a construção de práticas educativas antirracistas, que superam as ideias negativas, únicas e erradas sobre a população negra e africana.

A opção pela construção de uma educação promotora de equidade racial e antirracista encontra-se embasada pelas normativas por ora citadas e neste sentido, não deveria se constituir como opção, mas sim como obrigatoriedade nos estabelecimentos formais de ensino. Contudo, na prática cotidiana escolar o que se testemunha é o engajamento de alguns educadores sobre a questão, por opção política e/ou por trajetória de vida. Neste sentido, o educador comprometido com essa construção encontra, não raras vezes, obstáculos. O estudo sobre as normativas federais, estaduais e até mesmo municipais em torno da promoção da equidade racial é um caminho para resolver tais obstáculos.

O conhecimento jurídico e normativo sobre a questão, pode abrir ao educador possibilidades de pesquisa e debate em sala de aula, assegurando a construção desta educação plural, que defendemos. Em tempos de uso e citação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre o que é lícito ou ilícito em sala de aula, vale lembrar que das 10 competências gerais previstas pelo documento, o estudo sobre as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras encontra respaldo em quatro delas: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; e responsabilidade e cidadania.

A pesquisa constante por informações atualizadas e verídicas sobre os povos e culturas advindos do continente africano e dos afrodescendentes é outra

premissa para a descolonização dos currículos. Desmitificar as visões estereotipadas e únicas perpetuadas ao longo do tempo e da história, sobre os povos africanos e seus descendentes pelo mundo é uma tarefa a ser empreendida por aqueles que acreditam ser possível e urgente a construção de novas percepções sobre o saber.

Acreditamos, portanto, que o projeto de extensão “Grupo de Trabalho História da África: aproximando o continente dos educadores” endossa e reafirma os compromissos que a pesquisa acadêmica possui com a sociedade: produzir conhecimento; contribuir para a reflexão científica e crítica na formação dos cidadãos; combater o racismo, a xenofobia e outras formas de discriminação em nosso país, visando a construção de uma educação antirracista. Esperamos que este projeto possa ter continuidade e que possa, cada vez mais, alcançar educadores, impactar suas práticas e promover a construção de práticas educativas antirracistas, reafirmando a educação enquanto direito humano e importante ferramenta de transformação social, na busca por equidade racial.

Referências

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. Palestra no evento Technology, Entertainment and Design (TED), em 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Acesso em: 19 de jan. 2019.

ANTUNES, Celso. **Relações interpessoais e autoestima: a sala de aula como espaço do crescimento integral**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 de ago. 2018.

_____. **Lei n. 10639**, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 18 de ago. 2018.

_____. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma L. Diversidade étnico racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FERNANDES, A. B.; FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N. da. (Orgs.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p. 39-60.

_____. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

HOOKS, bell. **Intelectuais negras**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. **Ensinando a transgredir**: a educação como pratica de liberdade/ bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KAMBUNDO, Bruno. J.; SANTOS, Jaqueline L. O ensino de história da África e a descolonização dos currículos: um desafio para os países com passado colonial. In: CARREIRA, D. & ANDRADE, A. (Orgs.) **Educação das Relações Raciais**: balanços e desafios da implementação da lei 10639/2003. Ação Educativa. São Paulo, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** - Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, Kabengele. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**. v. 4, n.1, Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural, jul. 2014. p. 34 – 45. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/viewFile/26989/14725>. Acesso: em: 27 ago. 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PAULA, Daiane K. da C. , ARAÚJO, Letícia F. N. **Educação antirracista como um direito humano essencial**. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista, Bahia. V. 8, n. 8, p. 1-13, maio, 2021. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/9529>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, 2002. Disponível em: <encurtador.com.br/wzO68>. Acesso em: 11 jun. 2019.

_____. Por uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L. H. *et al.* (Org.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.